

Dívida pode ser negociada este mês

■ *Continua* BC avalia opções dos bancos credores e espera que estes alterem suas propostas

BRASÍLIA— O governo brasileiro espera concluir a fase de negociação com os bancos credores até o final do mês, sem a necessidade de realizar uma segunda rodada de entendimento. No momento, o Banco Central está computando as opções de renegociação apresentadas pelos 802 bancos que aderiram ao acordo até o dia 15, representando 96,7% da dívida em negociação (que totaliza US\$ 44 bilhões) e só dirá se aceita ou não os termos dos credores no dia 29 de março.

O levantamento inicial mostra que a composição de papéis solicitada pelos credores é contrária ao desejado pelo Brasil, mas espera-se que nas duas próximas semanas os próprios bancos negociem entre si uma alteração voluntária nas propostas. O governo quer que a distribuição apresentada pelos credores, de 62% de bônus ao par, 22% em bônus de desconto, 7% bônus com redução de juros no início (flirb), e 9% entre as outras alternativas, se aproxime dos 40% para os bônus ao par e 40% para os bônus de desconto desejados pelo Brasil.

O acordo preliminar (*term*

sheet) assinado entre o Brasil e os credores em julho, e referendado pelo Senado Federal em novembro de 1992, prevê uma série de etapas para que as duas partes cheguem a um acordo definitivo sem riscos ao processo de negociação. Os próximos passos da negociação são os seguintes:

■ Os bancos privados negociam entre si uma composição entre os seis títulos colocados à disposição dos credores, para torná-la atrativa ao Brasil. Se o governo brasileiro aceitar, envia a proposta para o referendo do Senado. Se os senadores acharem que o Brasil tem condições de pagar as parcelas acertadas sem fazer sacrifícios, dá o sinal verde para as assinaturas dos contratos com os bancos. Caso contrário, pede nova rodada.

■ Se o governo brasileiro não aceitar a posição dos credores até 29 de março, solicita uma segunda rodada de negociação. Se a nova proposta for aceita, remete-se ao Senado. Só existirá uma proposta do Brasil quando o executivo e o Senado aprovarem os termos. Se na segunda rodada não houver

acordo, parte-se para a terceira e última rodada. Se nessa ocasião não houver consenso, as negociações serão rompidas e terão que começar do zero.

■ Depois que houver aprovação do Executivo e do Senado a uma proposta, o governo assinará um contrato coletivo com os bancos para cada uma das opções de papéis.

■ Após a assinatura, ocorrerá a troca dos títulos da dívida antiga pelos novos papéis. Neste momento o Brasil terá que fazer o primeiro pagamento das garantias concedidas aos bônus ao par, bônus de desconto e aos flirb, no valor de US\$ 3,2 bilhões. O restante das garantias será dado em parcelas semestrais, durante dois anos.

■ Existem três condicionantes para a assinatura do acordo: haver um acordo *stand-by* em vigor com o FMI (o atual se esgota em 31 de agosto), o pagamento dos US\$ 3,2 bilhões de garantias, e a conclusão das negociações em 30 de julho, prorrogáveis para 30 de novembro. Se uma destas exigências não for cumprida, encerram-se as negociações.